



Pandemia da Covid-19: A Vulnerabilidade Social das Pessoas Trans e Travestis a Luz da Teoria *Queer*¹

Adalberto Davi Cruz Moitinho DOURADO²

Amanda Costa GOMES³

Daniela de Andrade SOUZA⁴

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE

Resumo

Este trabalho, fruto das discussões do projeto de Iniciação Científica intitulado “A construção da visibilidade da população lgbt no Brasil: uma análise a partir de pesquisa jurisprudencial no período de 2011 a 2018”, vinculado ao PROVIC da Universidade Tiradentes e orientado pela Prof. Dra. Grasielle Borges Vieira de Carvalho, tem como principal objetivo promover uma reflexão, à luz dos estudos queer, acerca dos impactos provocados pela pandemia da COVID-19 na população trans e travesti do Brasil. Para tanto, se propõe a analisar as questões atinentes aos problemas em torno das desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira com o marcador social de gênero, que dificultam a realização das orientações mínimas para prevenir a proliferação do coronavírus, como o isolamento social e higienização adequada. Nesse sentido, o enfrentamento da problemática do presente trabalho, qual seja, a vulnerabilidade das pessoas trans e travestis na epidemia do coronavírus, pode ser enxergada através das lentes dos estudos queer, para problematizar noções clássicas de sujeito e identidade e evitar a exclusão desses indivíduos, e, assim, repensar as desigualdades sociais e econômicas com o marcador de gênero no contexto atual e pós-pandemia. As desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pelas pessoas trans e travestis potencializam a vulnerabilidade dessas pessoas durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19. A necessidade de ir às ruas para proverem o básico para sua subsistência põe em risco a própria vida, frente a necessidade do isolamento social e higienização adequada para o controle da disseminação do coronavírus. A pesquisa desenvolvida possui natureza social e exploratória, utilizando como método o qualitativo.

Palavras-chave: Epidemia; Estudos Queer; Gênero.

Introdução

¹ Trabalho apresentado no GT 03 - Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero.

² Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes

³ Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes

⁴ Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação/UFBA



As pessoas trans, em especial as mulheres trans e travestis, possuem um histórico de marginalização, estigma, preconceito e desigualdade social, nessa perspectiva, é preciso problematizar: o atual cenário de pandemia da Covid-19 que assola o planeta intensifica a vulnerabilidade das pessoas trans?

O principal objetivo do presente trabalho é identificar as desigualdades sociais enfrentadas por pessoas trans, para verificar se a pandemia da Covid-19 potencializou a vulnerabilidade dessas pessoas, frente a falta de recursos para manter as recomendações de isolamento social e higienização adequada para o controle da disseminação do coronavírus.

O percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos se caracteriza pela abordagem qualitativa, a partir de pesquisa documental e bibliográfica, com enfoque nas lentes dos estudos *Queer*, para problematizar as noções clássicas de gênero e identificar as particularidades de cada subgrupo.

Os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade, não somem quando uma pandemia começa, a invisibilidade já presente agora corrobora para a diferença latente no número de mortes quando um marcador é aplicado. Nesse sentir, é sabido que o Brasil carrega gigantesca herança de opressões, que se faz mais evidente em grandes calamidades, e se faz pensar em como é possível falar de isolamento social para uma população em situação de rua e/ou que vive em localidades de extrema pobreza, por exemplo.

Ao passo que confinamento imposto pelos governos para frear a epidemia do vírus torna ainda mais visível a divisão profunda entre vidas tornadas vulneráveis e vidas protegidas (VERGÈS, 2020); se faz necessária a problematização dos impactos de uma pandemia em determinados grupos antes já vulneráveis.

Hoje se faz possível vislumbrar que a classe oprimida se encontra sobre um intenso, exaustivo e interminável fogo cruzado, que nas palavras de Antunes (2020), traduz-se em uma dicotomia entre a situação famélica e a contaminação virótica, em que ambas empurram para a mortalidade e a letalidade.

Ao passo que a precarização de determinada parcela da população faz parte de um plano global genocida para exterminar vidas que enfrentam processos históricos de vulnerabilização, aqueles que se encontram sob os marcadores de



gênero, raça, classe e sexualidade, a fim de garantir a manutenção dos privilégios da elite.

Transgeneridade

Os discursos reducionistas e excludentes de ativistas que defendem que todos devem ter direitos iguais demonstra-se incongruente, uma vez que as particularidades de cada grupo requer a reivindicação por direitos específicos, pois precisam de políticas públicas especiais voltadas às suas particularidades (COLLING, 2013).

Nesse ponto, destaca-se que o essencialismo dos grupos que se identificam através de características inerentes a essa identidade, podem demonstrar-se excludentes, uma vez que alguns indivíduos não se encaixam em todas as características da identidade coletiva (COLLING, 2013). Em vista disso, é necessário pensar o gênero de forma crítica, de forma a não se apropriar dos discursos biologizantes, como também dos discursos reducionistas excludentes.

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma idéia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se "enquadram" em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito "gênero". (LOURO, 1997, p. 34)

Bento (2012, p. 18) sugere que “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelas normas de gênero” uma vez que a epistemologia dominante impõe o gênero dos indivíduos a partir da identificação do órgão genital no momento do seu nascimento, e todos aqueles que desviam da norma eram considerados doentes mentais até o ano de 2018, quando a Organização Mundial de Saúde desclassificou a transexualidade como doença mental.

O fato é que o reconhecimento das diversas tendências sexuais é, mais do que nunca, um ato político de aceitação da pluralidade de estilos de vida. A sexualidade, por esse viés, é um local de luta política e de emancipação. Cria-se uma ética de vida pessoal que torna possível o respeito, a felicidade e o amor pelos outros. [...] Diante dessa mutação do olhar sobre o corpo, que dissocia sua materialidade dos dogmas da religião e até mesmo dos costumes e da moral, é possível compreender as razões pelas quais se torna necessário legislar, no âmbito doméstico e também no cenário internacional, sobre questões relacionadas à sexualidade e à reprodução, do ponto de vista,



especialmente, do reconhecimento das diferenças, concebendo a diversidade como potência libertadora. Pouco a pouco, a diversidade sexual sai do âmbito da perversão, da patologia e, portanto, do privado, e passa para o mundo social cotidiano. (WERMUTH, 2017, pp. 6-7)

Para Vergueiro (2015) cisgeneridade é a identidade de gênero das pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. Sobre a cisgeneridade, Vergueiro (2015) complementa:

A construção analítica de cisgeneridade – um processo discursivamente resistente – é fundamentada sobre a percepção de que conceitos sobre corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais - contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas –, e assim esta construção analítica deve ser maleável e abrangente o suficiente para enfrentar criticamente toda epistemologia, metodologia e proposta política+sociocultural colonialista.

Nesse sentir, os estudos *Queer* podem ser utilizados para problematizar as noções clássicas de gênero, uma vez que se pautam através de críticas às normas de gênero e sexualidade, bem como a forma que foram construídas e naturalizadas. Além disso, põe em evidência a multiplicidade das categorias de gênero e sexualidades autênticas (COLLING, 2015).

Bento (2012, p. 18) sugere que “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelas normas de gênero” uma vez que a epistemologia dominante impõe o gênero dos indivíduos a partir da identificação do órgão genital no momento do seu nascimento, e todos aqueles que desviam da norma eram considerados doentes mentais até o ano de 2018, quando a Organização Mundial de Saúde desclassificou a transexualidade como doença mental.

O fato é que o reconhecimento das diversas tendências sexuais é, mais do que nunca, um ato político de aceitação da pluralidade de estilos de vida. A sexualidade, por esse viés, é um local de luta política e de emancipação. Cria-se uma ética de vida pessoal que torna possível o respeito, a felicidade e o amor pelos outros. [...] Diante dessa mutação do olhar sobre o corpo, que dissocia sua materialidade dos dogmas da religião e até mesmo dos costumes e da moral, é possível compreender as razões pelas quais se torna necessário legislar, no âmbito doméstico e também no cenário internacional, sobre questões relacionadas à sexualidade e à reprodução, do ponto de vista, especialmente, do reconhecimento das diferenças, concebendo a diversidade como potência libertadora. Pouco a pouco, a diversidade sexual sai do âmbito da perversão, da patologia e, portanto, do privado, e passa para o mundo social cotidiano. (WERMUTH, 2017, pp. 6-7)



Para Vergueiro (2015) cisgeneridade é a identidade de gênero das pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. Sobre a cisgeneridade, Vergueiro (2015) complementa:

A construção analítica de cisgeneridade – um processo discursivamente resistente – é fundamentada sobre a percepção de que conceitos sobre corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais - contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas –, e assim esta construção analítica deve ser maleável e abrangente o suficiente para enfrentar criticamente toda epistemologia, metodologia e proposta política+sociocultural colonialista.

No entanto, o estigma e as desigualdades persistem, corpos Trans são sujeitos a todo o tempo a mais variáveis formas de opressão, com uma expectativa de vida de apenas 35 anos (ANTUNES, 2013), metade da média da expectativa geral do Brasil, torna-se visível o abismo social em que essas pessoas são postas.

O transfeminício se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo. Qual a quantidade de mortes é suficiente para chegar a esta conclusão? No Brasil não há nenhuma fonte totalmente confiável. O que existe é um acompanhamento, por algumas ONGs de ativistas LGBTT, de matérias jornalísticas sobre as mortes de pessoas LGTT. Nestas notícias, as pessoas trans são apresentadas com o nome masculino e são identificados como “o travesti”. E, no âmbito conceitual, são consideradas como vítimas da homofobia. Acredito, ao contrário, que as mortes das mulheres trans é uma expressão hiperbólica do lugar do feminino em nossa sociedade. (BENTO, 2014)

Transexuais e Travestis na busca de seus direitos depara-se a priori com uma família que o desqualifica e com uma justiça que o despersonaliza, uma vez que ambos não os reconhecem, deixando-o à margem da sociedade, onde ocorre a violação dos direitos fundamentais e dos direitos da personalidade daquele (CARDIN E GOMES, 2017).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconheceu que em 2019 o Brasil era o país com o maior número de homicídios de pessoas trans em todo o mundo⁵, superando de maneira considerável qualquer outro Estado membro da OEA, destaca ainda a preocupação de que desde 2014 o Estado não publica o seu “Informe

⁵ CIDH. Avances y Desafíos hacia el reconocimiento de los derechos de las personas LGBTI en las Américas. 2019, p. 91, par. 176. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/LGBTI-ReconocimientoDerechos2019.pdf>



sobre Violência Homofóbica no Brasil”, como havia feito anteriormente nos anos 2011 e 2013.

A socióloga brasileira Berenice Bento (2014) caracteriza esse fenômeno como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo. Na medida que reflete como feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios.

Pandemia e a população Trans

Inicialmente se faz necessário alertar para a realidade da subnotificação existente, fator este que vem presente desde a colonização, e não seria diferente em uma pandemia, desta forma a falta de dados oficiais dificulta ainda mais o mapeamento das violações sofridas por essa população.

Denota-se aqui a teoria da sociedade de risco em que “a história da distribuição de riscos mostra que, como a riqueza, os riscos aderem aos padrões de classes, mas inversamente: riqueza acumula no topo, risco na base” (BECK, 2010). Segundo Zizek (2020) a propagação da epidemia do coronavírus também vem desencadeando grandes epidemias de vírus ideológicos que estavam latentes nas sociedades, como notícias falsas e explosões de racismo, deixando evidente as fronteiras sociais.

É nesse sentido que David Harvey traz a reflexão que o COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, na medida que “embora os esforços de mitigação esteja convenientemente ocultos na retórica de que ‘todos estamos juntos nesta guerra’, as práticas, em particular por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sombrias”.

Do ponto de vista individual, o isolamento social pode ser visto como um ato de solidariedade, pois, nesse caso, levam-se em conta as consequências dos próprios atos tanto para si quanto para os demais. Ao cuidar de si, também se está cuidando do outro diretamente. Dessa maneira, ao indicar que as pessoas fiquem em casa o máximo possível, a OMS e os gestores públicos que concordam com essa medida de respeito recíproco compartilham-na com as pessoas ou transferem para elas a responsabilidade moral pela propagação ou não do novo coronavírus. Contudo, mesmo com valores



iguais, as pessoas têm necessidades diferentes. Então, como aqueles que precisam trabalhar diariamente para sobreviver ou aqueles que não têm água, luz e outras condições para o 'confinamento' conseguem passar 24 horas por dia dentro de casa? Assim, no caso de pessoas em situação de vulnerabilidade, medidas de isolamento social, quando impostas, não levam em consideração o contexto específico de cada realidade. Tornam a ação, desse modo, discriminatória, desigual e com uma perspectiva utilitária que coloca o fim da ação acima do bem próprio do agente individual. (SANTOS, 2020, p. 5)

De acordo com o Boletim nº 5/2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) houve um aumento de 47% no número de assassinatos de pessoas trans no período entre 1 de janeiro e 31 de outubro de 2020, comparado com mesmo período de 2019. Segundo a ANTRA, em seus boletins publicados anteriormente, no primeiro bimestre o aumento foi de 90%, no segundo 48%, o terceiro apresentou aumento de 39% e no quarto bimestre chegou a 70% de aumento do número de assassinatos registrados.

Acreditava-se que durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas. (Boletim nº 2/2020 - ANTRA, p. 3)

Não é só no número de mortes que a pandemia incide, pesquisa da UFMG e Unicamp, divulgada em 17 de maio de 2020, aponta que 44% das lésbicas; 34% dos gays; 47% das pessoas bissexuais e pansexuais; e 42% das transexuais temem sofrer algum problema de saúde mental durante a pandemia do novo coronavírus.

A ANTRA, em seu boletim, chama atenção para um dado preocupante, o qual aponta que 90% da população de Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e que 80% das travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, relataram perda de até 100% em seus ganhos. Ainda estima que estima que cerca de 60% da população Trans não teve garantido o acesso a renda básica emergencial do governo federal, ou qualquer outro benefício na esfera governamental.

Na medida que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a registrar um caso de COVID-19, e segue liderando o ranking com um total de 5.468.270 pessoas



infectadas, seguido da Argentina com 1.130.533⁶. Com o aumento progressivo do número de casos medidas restritivas foram impostas, a exemplo de quarentena total em algumas localidades, medidas essas que causaram um grande impacto em toda sociedade.

O impacto social deste tipo de medida é distinto entre países, estratos sociais e identidades. As duas últimas são as que mais agravam a situação, verbi gratia, as pessoas que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social hoje estão muito mais vulneráveis. É o caso das pessoas trans, em especial das mulheres trans, posto que se trata de uma população discriminada e dificilmente considerada pelo Estado no sentido de proporcionar, em igualdade de condições, um acesso digno ao sistema de saúde pública, gratuito e de qualidade. Na verdade, para estas identidades, a pandemia tem deixado um cenário ainda mais terrível. (OLIVEIRA, p. 3, Tradução nossa)

O isolamento obrigatório coincidiu com um novo sistema de reconhecimento humano, por um lado pessoas são convidadas a se recolherem em suas residências, junto de sua família, privados do contato social externo, enquanto tantos outros são impossibilitados de se retirarem das ruas, local este usado como fonte de renda e por muitas vezes abrigo.

Nesse contexto se faz necessário a definição do que constitui casa/lar, o qual pode-se mostrar como um espaço definido hierarquicamente por opressões, imposições de poder e moldado em um modelo patriarcal. Desse modo, não se vislumbra ser um tempo de assentir à ideologia dos “valores familiares”, a pandemia é um momento particularmente importante para guarnecer, evacuar e empoderar de maneira geral os sobreviventes, e refugiados do lar familiar nuclear (LEWIS, 2020).

O contexto de pandemia em que mergulhamos nos últimos meses veio, de forma brusca e inesperada, confrontar os interventores sociais (assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, gerontólogos, educadores sociais, entre outros) com novos desafios no trabalho que desenvolvem diretamente com populações desfavorecidas e carenciadas. Quando todos se confinam, como garantir o apoio necessário aos mais desfavorecidos? Como manter, numa lógica de compromisso com a ética profissional, o trabalho junto das populações mais carenciadas sem as colocar e sem se colocarem a si em risco? O confinamento e a necessidade de distanciamento físico exigiram, por isso, uma reinvenção das práticas de atuação – é disso que os diferentes textos que compõem este livro procuram dar conta. (BUCHARD, 2020, p. 8)

⁶ Ana María Ríos. Número de casos confirmados de coronavirus (COVID-19) en América Latina y el Caribe al 16 de noviembre de 2020, por país, Estadista, 12 de novembro de 2020. <https://es.statista.com/estadisticas/1105121/numero-casos-covid-19-america-latina-caribe-pais/> (fechado em 29 de outubro de 2020)



A forma como a pandemia do COVID-19 se move escancara a precariedade da comunidade humana, moldada e movida pelo poder do racismo, da xenofobia, do machismo, do capitalismo e entre outras estruturas de opressões. O cenário hoje vivido é tomado por criaturas humanas que “afirmam seu direito de viver ao custo de outras, reescrevendo a distinção espúria entre vidas passíveis e não passíveis de luto” (BUTLER, 2020).

Nesse sentir, escancara-se a falta de amparo social para com aqueles que dependem da rua para sobreviver. Calmon (2020), aponta que a sobrevivência das pessoas que vivem nas ruas está marcada por eventos de violência, como o abuso sexual, violência doméstica, homofobia, transfobia, prisão ou morte violenta de parentes, por exemplo.

Assim Alessandra Oliveira (2020), pontua as dificuldades sofridas pela população trans no período de pandemia, antes já existentes e agora majoradas, como as altas taxas de assassinatos, o desemprego latente, a impossibilidade do acesso ao tratamento hormonal devido às crises enfrentadas nos hospitais, e ainda rememora aqueles em situação de cárcere.

Consequências da pedagogia viral, advinda atualmente pelo coronavírus, que demonstra a continuidade das injustiças sociais, que para as pessoas trans as enfermidades nunca serão seu único inimigo, posto que a sua própria identidade tem sido objeto de patologização (OLIVEIRA, 2020).

A ainda vigente retórica colonial do Estado, que começa em nosso continente como pretexto para para aceitar e valorizar a diversidade, é o principal inimigo na hora de pensar em políticas públicas para pessoas que ainda não conseguiram ter condições de ter uma vida digna, à representação da própria identidade nos espaços à esperança de viver além dos 35 anos. (Oliveira, p. 25, tradução nossa)

Evidencia Alessandra Oliveira que a realidade que vivem as mulheres, essencialmente as trans, interpeladas por raça, etnia, sua condição economicamente desfavorável e sexualmente lida como anormal, foi nomeada de “quarentena” ou, para frisar melhor, “distanciamento social”, de modo que pessoas trans já vivem em uma realidade de isolamento a muito tempo, onde suas vontades são ignoradas e seus direitos usurpados.

Segundo a autora, é notável que a violência que essas mulheres sofrem continuam as mesmas, como a violência doméstica, a desigualdade salarial e de trabalho, a discriminação racial, social e sexual, dentre outras, que nos põem a pensar,



os custos sociais de uma pandemia grave a qual assola o mundo inteiro, pelo COVID-19.

A projeção do possível impacto das restrições atuais ser mais prejudicial para a comunidade LGBTQI+, devido a existência de uma carga desproporcional de problemas de saúde mental entre essa população, que pode ser agravada pelo estresse, isolamento e solidão de confinamento, tal fato tem causado preocupação entre os cientistas sociais da Universidade de Sussex e do Colégio Universitário de Londres (UCL).

A preocupação se dá em razão da soma dos fatores acima elencados com o desvio de capacidade do sistema de saúde para atender à demanda do COVID-19 está a fazer com que outras necessidades específicas de saúde não sejam atendidas. Ao passo que se torna fato real para pessoas trans cujo acesso a clínicas de identidade de gênero, hormônios e cirurgias fora significativamente restringido, e por consequência ocasionou uma extensão inevitável do tempo de espera por cuidados de saúde relacionados à transição que, antes da pandemia, já se estendia para entre dois e quatro anos (VOWLES, 2020).

Para alguns grupos, como a comunidade LGBTQ +, o bloqueio que estamos vivenciando e o futuro incerto após as restrições serem suspensas podem servir apenas para exacerbar as desigualdades na saúde que existiam antes da pandemia. A realidade é que, no momento, não sabemos se as desigualdades enfrentadas pelas pessoas LGBTQ + foram exacerbadas pela pandemia, e não saberemos sem uma nova coleta de dados combinada. A coleta de dados sobre as vidas LGBTQ + por meio de pesquisas nacionais tem sido lamentavelmente pobre nos últimos anos, e os dados sobre pessoas trans estão quase totalmente ausentes. (VOWLES, 2020, tradução nossa)

De acordo com Bruna Benevides, secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a interrupção de tratamentos de feminização de corpos trans e travestis pode ocasionar o comprometimento da saúde na ocorrência da desassistência. Destaca ainda o perfil socioeconômico das mulheres trans e travestis, onde a maioria são negras, pobres e periféricas, semi-analfabetas, e que muitas sequer possuem qualquer cadastro nas organizações governamentais para o recebimento de algum benefício, a exemplo o cadastro único.

No que se diz respeito a políticas públicas, em abril do presente ano o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) publicou uma cartilha acerca de orientações ao grupo LGBTI+ para prevenção do coronavírus, a



primeira versão da referida cartilha elencava parte do texto a usuários de droga e profissionais do sexo, orientou que realizassem o seu trabalho em home office, o que acabou por gerar diversas críticas e posteriormente a sua alteração.

A nova cartilha, entretanto, apresentou poucas mudanças e de forma geral, ao informar as formas de prevenção ao coronavírus já divulgadas pelo Ministério da Saúde, declara a importância da saúde mental mas não traz nenhuma proposta efetiva, apenas indicações rasas do que se pode fazer, como conversas virtuais com familiares e amigos, ou seja, se restringe a recomendações elitistas e fora da realidade de muitos, além de eximir a responsabilidade estatal em assegurar o bem-estar de toda população.

Não bastasse tais omissões, erros são presentes no texto da cartilha, como ao referir a cirurgia de redesignação sexual, chamou de cirurgias do processo transexualizador, outro fato que também chama a atenção é o apontamento como orientação para a população LBTQI+ não compartilhar “bitucas de cigarro, copos ou outros materiais”, algo que se aplica a toda a população e não uma parcela específica.

Fica mais evidente o descaso do Estado com a população LBGTI+, em especial pessoas trans e travestis, ao se omitir em todas as esferas no que se refere a proteção desses grupos marginalizados. De acordo com a ANTRA a maioria dessa população não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas e não possui outra opção a não ser continuar o trabalho nas ruas, se expondo ao vírus e consequentemente a violência transfóbica.

Ainda que o Estado tenha o dever de regular as relações interpessoais, precisa respeitar a dignidade, o direito à liberdade e à igualdade de todos e de cada um. Tem a obrigação de garantir o direito à vida, não só vida como mero substantivo, mas vida de forma adjetivada: vida digna, vida feliz! A norma escrita não tem o dom de aprisionar e conter os desejos, as angústias, as emoções, as realidades e as inquietações do ser humano. Daí o surgimento de normas que não criam deveres, mas simplesmente descrevem valores, tendo os direitos humanos se tornado a espinha dorsal da produção normativa contemporânea. (DIAS, 2016, pp. 44-45)

A omissão do Estado perante a população trans em um momento em que suas vulnerabilidades estão mais escancaradas e frágeis, em que o número de assassinatos cresce a cada mês, escancara o seu descaso para uma situação que vem sendo denunciada a muito, até o presente momento nenhum projeto específico de apoio à população LGTQI+ para o enfrentamento da pandemia.



Considerações finais

O grande questionamento atual é o de como enxergar uma população vulnerável em uma necessidade de isolamento social, sem que sua renda ou empregos sejam comprometidos, a não possibilidade de ter suas refeições entregues em seu domicílio, a dependência do transporte público para se locomover, moradias com pouca ou quase nenhuma estrutura, e diversos outros fatores impeditivos.

As desigualdades sociais e econômicas enfrentada pelas pessoas trans e travestis potencializam ainda mais a vulnerabilidade dessas pessoas durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19, uma vez que a falta de emprego formal e a necessidade de irem às ruas para proverem o sustento próprio impedem o isolamento social e higienização adequada para o controle da disseminação do coronavírus, majorado pela dificuldade ao acesso de qualquer auxílio governamental.

Chega-se assim à conclusão de que o isolamento é um privilégio inalcançável na atual realidade brasileira. Ademais, é inegável a mobilização partida de movimentos e redes solidárias, que se unem para mapear as dificuldades de pessoas LGBTQI+ em meio a atual pandemia. A esperança para um futuro próximo é que além de cestas básicas, torne-se realidade a criação de políticas públicas que forneçam um mínimo de dignidade.

Importa destacar a falta de dados oficiais em relação à população LGBTQI+, o que corrobora para a possibilidade de casos subnotificados, uma vez que os únicos documentos que divulgaram dados quantitativos acerca das pessoas trans frente ao atual quadro de pandemia até o presente momento foram os boletins produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que divulgam dados de assassinatos, mortes, violência e desemprego de pessoas trans através da coleta de dados jornalísticos.

Dessa forma é evidente que o coronavírus é mais que uma pandemia, tem escancarado a ausência de preocupação do Estado com o bem-estar de sua população, em que preocupado apenas com o plano econômico tem sido responsável pela morte de milhares de brasileiros, além de escancarar as mazelas vividas pela parcela vulnerável existente. O colapso do capitalismo tem escancarado mais ainda esses problemas, em que a ausência de coletividade e senso de coletividade tem afundado cada vez mais a humanidade e exaurido a esperança de dias melhores.



Referências bibliográficas

ANTRA. **Boletim nº 05/2020. Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020.** Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** Boitempo Editorial, 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** 2.ed. São Paulo: 34, 2010.

BENEVIDES, Bruna G. Nova epidemia, velhas mazelas. **Medium**, 05 de abril de 2020. Disponível em: <https://medium.com/@brunagbenevides/nova-epidemia-velhas-mazelas-5a320a622a0c>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **Centro Latino-americano em sexualidade e direitos humanos (CLAM)**, Rio de Janeiro, 2014.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUCHARD, Alan Barbosa. Estado de exceção e emergência sanitária: Giorgio Agamben sobre a pandemia por coronavírus. **Investigação Filosófica**, v. 11, n. 2, p. 37-53, 2020.

CALMON, Trícia Viviane Lima. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 131-136, 2020.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; DO CARMO GOMES, Luiz Geraldo. **Também somos família: da transparência à felicidade.** 2016.

COLLING, Leandro. **A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro. **Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil.** In: História do Movimento LGBT no Brasil, 2018, p. 515-531.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. **Blog Boitempo**, 24 de março de 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

LEWIS, Sophie. A crise do coronavírus mostra que chegou a hora de abolir a família. **Blog Boitempo**, 30 de março de 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/30/a-crise-do-coronavirus-mostra-que-chegou-a-hora-de-abolir-a-familia/>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 1.ed. São Paulo: Vozes, 1997.



OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. La realidad de mujeres transexuales y sus movimientos sociales en Sudamérica en tiempos de COVID-19. **Revista Ciencias y Humanidades**, v. 10, n. 10, p. 101-131, 2020.

SANTOS, Laís Silveira. Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 909-922, 2020.

VÈRGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador, 2015. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia.

WERMUTH, Maiquel Angelo Dezordi; GHISLENI, Pâmela Copetti. O sistema interamericano de direitos humanos e a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 62, n. 2, p. 53-72, 2017.

ZIZEK, S. **“El coronavirus es un golpe al capitalismo a la Kill Bill...”**. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.